



Pressionada pela energia elétrica, inflação de fevereiro fica em 1,31%

Brasil avalia recorrer à OMC contra tarifa dos EUA ao aço e alumínio

Página 3

Governo discute solução para R\$ 15 bi fora do teto do Orçamento 2025

Página 6

“Sou feminista e me orgulho de ser mulher”, diz nova presidente do STM

Sou feminista e me orgulho de ser mulher”. Essas foram as primeiras palavras da presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, ao assumir o cargo na quarta-feira (12).

As declarações da ministra foram feitas durante discurso de posse na presidência da Corte militar. Primeira mulher a ocupar o cargo em 217 anos de história do tribunal, a ministra terá mandato de dois anos.

No discurso, Elisabeth Rocha afirmou que as mulheres brasileiras têm um “sonho de igualdade” e ressaltou que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

Para a presidente, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, é longo o caminho para a construção de um país livre de constrangimentos e asfixias sociais.

“Conviver em uma sociedade na qual sejam superadas todas as formas de discriminação e opressão é um ideal civilizatório de convivência entre humanos”, afirmou.

A presidente também defendeu maior presença de mulheres em cargos de comando do Judiciário brasileiro.

“Costumo dizer que se a Deusa Themis desvendasse os olhos, encontraria poucas de seu gênero na judicatura pátria. Entre calvas circunscpectas, barbas esbranquiçadas, ternos e gravatas, veria ela, em algumas poucas togas, traços femininos”, ressaltou.

A presidente também defendeu a inclusão de grupos vulneráveis e a eliminação da violência.

“Em um contexto de legitimidade, sua concretização não pode ser considerada válida se alija e menoscaba a participação daqueles em situação concreta de vulnerabilidade dispar, como é o caso das mulheres, dos afrodescendentes, dos indígenas, da população LGBTQIAP+, dos hipossuficientes, dentre outros segmentos populacionais e de classe”, completou. (Agência Brasil)

Lula autoriza uso do eSocial para ofertar consignado a empregados CLT



Foto: Antonio Cruz/ABY

O governo federal autorizou o acesso direto de bancos e instituições financeiras ao perfil de trabalhadores com cartei-

ra assinada por meio do eSocial, para a oferta de crédito consignado a juros mais baixos, com garantia do Fundo de Ga-

rantia do Tempo de Serviço (FGTS). A medida provisória (MP) que cria o Programa Crédito do Trabalhador foi assinada na quarta-feira (12) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento no Palácio do Planalto.

O Brasil conta hoje com 47 milhões de trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atuando no setor privado. O eSocial é o sistema eletrônico obrigatório que unifica informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de empregadores e empregados de todo o país. Página 6

Sem o desconto na conta de luz que ajudou a segurar a inflação em janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a inflação oficial, fechou fevereiro em 1,31%. É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%).

Os dados divulgados nesta quarta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no acumulado de 12 meses, o IPCA soma 5,06%, o patamar mais alto desde setembro de 2023 (5,19%) e fica acima da meta do governo -

de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta só é considerada descumprida se estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Em janeiro, o acumulado de 12 meses ficou em 4,56%, ou seja, neste novo modelo de acompanhamento de meta, fevereiro é o segundo mês fora da tolerância. Página 3

Parceria inédita oferece transporte para mulheres vítimas de violência em SP

As mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar têm à disposição um serviço inédito na cidade de São Paulo. Uma parceria do Governo do Estado com o aplicativo de mobilidade 99, por meio da Secretaria de Políticas para a Mulher (SP Mulher) e da Secretaria da Segurança Pública (SSP), oferece transporte gratuito e seguro até unidades de apoio, como

a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Instituto Médico-Legal (IML), entre outras redes.

O serviço é acionado após a vítima entrar em contato com a Polícia Militar. As policiais que atendem as ocorrências na Cabine Lilás podem solicitar a corrida para a mulher, como forma de apoio às vítimas, junto a motoristas parceiros da 99. Página 2

CNJ suspende compra de iPhones para desembargadores do Maranhão

Página 6

Esporte

Programação definida para a etapa de Campo Grande

Foi divulgada a programação completa para as provas da Copa Truck, Copa HB20 e NASCAR Brasil que acontecem no próximo fim de semana no Autódromo Internacional de Campo Grande, na capital sul-matogrossense.

Serão seis corridas divididas em dois dias, sendo quatro no domingo. No sábado acontecem as primeiras provas da Copa HB20 e NASCAR Brasil, enquanto no domingo rolam as duas provas da Copa Truck e as baterias complementares da NASCAR e HB20.

No caso dos brutos, as largadas estão marcadas para acontecer a partir das 12h10 (horário de Brasília), com transmissão ao vivo da Band, SporTV e canais de streaming - Copa Truck, Parc Fermé, CATVE, Esporte na Band e HighSpeed no YouTube.

A sessão que define o grid de largada e os pole positions das categorias Pro e Super acontece a partir das 14h00 do sábado, com transmissão do canal oficial da Copa Truck. Já

a quinta e a sexta-feira estão reservadas para treinos.

A programação abaixo está no horário de Brasília:

Quinta-feira, 20 de março
16h30 - Copa HB20 - Shakedown; 17h30 - Copa Truck - Treino para novatos; 18h30 - Todas as categorias - Trackwalk

Sexta-feira, 21 de março
10h10 - Copa HB20 - Treino Livre; 10h50 - Copa Truck Elite - Treino Livre; 11h35 - Copa Truck Pro - Treino Livre; 13h00 - Copa HB20 - Treino Livre; 13h40 - NASCAR Brasil - Shakedown; 14h10 - NASCAR Brasil - Treino Extra; 15h05 - Copa Truck Elite - Treino Livre; 15h45 - Copa Truck Pro - Treino Livre; 17h10 - NASCAR Brasil - Treino Oficial; 18h00 - Copa HB20 - Treino Livre Duplas

Sábado, 22 de março
09h00 - Copa HB20 - Treino Livre; 09h40 - NASCAR Brasil - Treino Oficial; 10h35 - Copa Truck Elite - Treino Livre; 11h20 - Copa Truck Pro - Treino Livre; 12h05 - Copa HB20 - Classificação; 13h10 - NASCAR Brasil - Qualifying 1; 13h25 - NASCAR Brasil - Quali-



Copa Truck em Campo Grande

fyding 2; 13h40 - NASCAR Brasil - Top Qualifying; 14h00 - Copa Truck Elite - Classificação; 14h22 - Copa Truck Elite - Top Qualifying; 14h42 - Copa Truck Pro - Classificação; 15h04 - Copa Truck Pro - Top Qualifying; 15h40 - Copa HB20 - Corrida 1; 17h15 - NASCAR Brasil - Corrida 1; 18h00 - Ação Promocional

Domingo, 23 de março
09h00 - NASCAR Brasil - Warm Up; 09h15 - Copa Truck -

Warm Up; 09h40 - Copa HB20 - Corrida 2; 10h30 - Visitação aos boxes; 10h50 - Desfile de caminhões; 12h10 - Copa Truck - Corrida 1; 12h45 - Copa Truck - Corrida 2; 13h25 - NASCAR Brasil - Grid Walk; 14h55 - NASCAR Brasil - Hino Nacional; 14h18 - NASCAR Brasil - Corrida 2; 15h15 - Ação Promocional.

Ingressos: segue aberta a venda de ingressos para a grande festa da velocidade em Campo

Grande que dará o pontapé inicial nas temporadas 2025 da Copa Truck, NASCAR Brasil e Copa Hyundai HB20.

Será uma oportunidade única de ver na pista tanto os grandes nomes da Truck e da NASCAR como Felipe Giaffone, Rubens Barrichello, Bia Figueiredo, Cacá Bueno, Débora Rodrigues e Gabriel Casagrande, entre outros, quanto a mistura de experiência e novos talentos que proporcionarão corridas incríveis na Copa Hyundai HB20.

São cinco modalidades de ingresso a partir de 25 reais que podem ser adquiridos exclusivamente por meio do site <https://trucknascarbrasilhb20.byinti.com/> até o dia 21. As bilheterias físicas funcionarão apenas no sábado e no domingo do evento. As atividades acontecem entre 8h e 17h nos dois dias, com a visitação aos boxes sendo realizada somente no domingo. Venda virtual e mais detalhes <https://trucknascarbrasilhb20.byinti.com/>. A Copa Truck tem o patrocínio de Petrobras.

Gabriel Moura chega ao grid da Turismo Nacional em 2025

A temporada 2025 da Turismo Nacional tem outro nome de enorme talento e currículo vencedor garantido no grid. Com apenas 16 anos, o catarinense Gabriel Moura chega à categoria dos carros mais vendidos do Brasil depois de trilhar caminho de muito brilho e diversos títulos no kartismo. Campeão brasileiro, tricampeão do Sul-Brasileiro e também tricampeão da Copa Brasil —sendo o mais jovem a ser cam-

peão na desafiadora categoria Shift —, Moura dá o próximo passo na carreira ao debutar na Turismo Nacional com a GRacing Motorsport na categoria B.

Além das glórias nos kartódromos, o piloto nascido em Chapecó ostenta na sua galeria títulos na Fórmula Delta, categoria de monopostos, onde foi campeão da Copa Brasil, campeão Rookie e vice na classificação geral em 2023. No ano passado,

Gabriel Moura debutou nos carros fechados na Copa Hyundai HB20, conquistou três vitórias, duas poles e foi vice-campeão na classe Elite.

Em busca do sonho —Agora, Gabriel vive novo momento na carreira com a estreia na Turismo Nacional, sendo mais um talento de Santa Catarina no grid da categoria dos carros que você dirige.

Moura exaltou o caráter da Turismo Nacional como o primei-

ro degrau da escala evolutiva promovida pela Vicar e que pode levar o piloto ao grid da BRB Stock Car Pro Series, o maior objetivo da carreira do adolescente.

A temporada 2025 da Turismo Nacional terá início no fim de semana de 3 e 4 de maio no Autódromo Internacional José Carlos Pace, em Interlagos, São Paulo.

Turismo Nacional, temporada 2025*
1ª etapa: 4 de maio, Interlagos

(SP); 2ª etapa: 25 de maio, Cascavel (PR); 3ª etapa: 8 de junho, Velopark (RS); 4ª etapa: 20 de julho, Velocitta (SP); 5ª etapa: 7 de setembro, Cascavel (PR) — ou alternativa**; 6ª etapa: 26 de outubro, Rio Grande do Sul — ou alternativa**; 7ª etapa: 16 de novembro, Goiânia (GO); 8ª etapa: 14 de dezembro, Interlagos (SP). *sujeito a alterações.

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,79
Venda: 5,79
Turismo
Compra: 5,86
Venda: 6,04
EURO
Compra: 6,29
Venda: 6,29

Parceria inédita oferece transporte para mulheres vítimas de violência

As mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar têm à disposição um serviço inédito na cidade de São Paulo. Uma parceria do Governo do Estado com o aplicativo de mobilidade 99, por meio da Secretaria de Políticas para a Mulher (SP Mulher) e da Secretaria da Segurança Pública (SSP), oferece transporte gratuito e seguro até unidades de apoio, como a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Instituto Médico-Legal (IML), entre outras redes.

O serviço é acionado após a vítima entrar em contato com a Polícia Militar. As policiais que atendem as ocorrências na Cabine Lilás podem solicitar a corrida para a mulher, como forma de apoio às vítimas, junto a motoris-

tar parceiros da 99. As vítimas que estão em situação emergencial e de risco imediato são atendidas diretamente pela Polícia Militar.

“A falta de recursos, a distância ou mesmo o medo de se deslocar impede que mulheres em situação de risco busquem ajuda”, ponderou a policial Renata Alves, que atende as vítimas na Cabine Lilás. “Essa parceria vai facilitar o atendimento e a prestação de socorro para a mulher agredida. Muitas vezes, ela quer fazer o registro formal, mas não tem como chegar até a delegacia ou outra unidade de apoio, então agora nós conseguimos prestar esse auxílio.”

Uma dona de casa foi a primeira mulher a acionar o serviço.

Ela ligou no 190 para denunciar uma agressão que tinha acontecido horas antes. A vítima demonstrou o desejo de registrar a ocorrência em uma Delegacia de Defesa da Mulher. Diante disso, a policial acionou o aplicativo por meio do voucher disponibilizado pela 99.

O motorista transportou a mulher da casa dela até a delegacia. Todo o deslocamento foi acompanhado pela policial da Cabine Lilás. A vítima também recebeu informações sobre a placa do carro e nome do profissional por WhatsApp. Após o registro da ocorrência na delegacia, houve uma nova solicitação para que a mulher fosse levada ao Instituto Médico Legal e, posteriormente, de volta para casa.

“A primeira semana de ativação da parceria demonstra a efetividade do serviço e a urgência de garantir meios seguros para que as mulheres acessem a rede de proteção. Com o transporte gratuito, asseguramos que as vítimas tenham um caminho rápido e seguro para buscar acolhimento e apoio especializado”, afirmou a secretária de Políticas para a

Mulher, Valéria Bolsonaro.

“99 reafirma seu compromisso com a segurança da Mulher com parcerias e iniciativas consistentes como o apoio a Cabine Lilás, amplificando suas capacidades e promovendo mobilidade às mulheres em situação de violência. No primeiro semestre de 2024, por exemplo, a 99 registrou uma queda de 32,5% por milhão de corridas nos casos de assédios contra passageiras em comparação com o mesmo período do ano anterior”, afirma Tatiana Scatena, diretora de Segurança da 99.

Como funciona

A mulher vítima de violência doméstica ou familiar que fizer o contato com a Polícia Militar por meio do 190 é direcionada para a Cabine Lilás. Ela tem um atendimento especializado e humanizado realizado por policiais femininas.

Durante a conversa, a mulher recebe diversas orientações. Se não for uma situação de emergência, ela tem a opção de registrar uma ocorrência online ou, se preferir, se deslocar até uma Delegacia de Defesa da Mulher.

Nesse caso, a vítima pode utilizar gratuitamente o app da 99, que será acionado pela PM por meio de um voucher disponibilizado pelo convênio. O veículo transportará a vítima até um dos serviços disponíveis, como delegacia, Instituto Médico Legal ou alguma outra rede de apoio.

As policiais da Cabine Lilás, responsáveis pelo acionamento, também vão acompanhar o deslocamento da mulher em tempo real até o destino final. Em caso de necessidade, uma viatura da Polícia Militar também será deslocada para o acompanhamento da ocorrência para que a mulher se sinta ainda mais amparada.

Sobre a Cabine Lilás

Lançada em março de 2024, a Cabine Lilás, composta por policiais femininas, já ajudou mais de 6 mil mulheres com atendimentos e orientações sobre como obter medida protetiva, direitos como auxílio-aluguel, redes de abrigo e outros. Nesse período, 98 suspeitos foram conduzidos à delegacia por violência doméstica na capital paulista e região me-

tropolitana. Do total, 32 permaneceram presos. Neste ano, o serviço começou a ser expandido para o interior de São Paulo. A primeira região a receber o programa foi São José do Rio Preto. Policiais treinadas operam a Cabine Lilás para atender e orientar as mulheres vítimas de violência. Até o final do ano, todas as regiões do estado vão contar com o serviço.

SP Por Todas

SP Por Todas é um movimento promovido pelo Governo do Estado de São Paulo para ampliar a visibilidade das políticas públicas para mulheres, bem como a rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira para elas. Essas frentes estão nos pilares da gestão e incluem novas soluções lançadas em março de 2024, como o lançamento do aplicativo SPMulher Segura, que conecta a polícia de forma direta e ágil caso o agressor se aproxime; e a criação de novas salas da Delegacia da Defesa da Mulher 24 horas. Mais informações www.spportodas.sp.gov.br (Governo de SP)

Educação de Jovens e Adultos (EJA) terá opção de ensino a distância

Jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade adequada terão mais uma oportunidade de voltar à escola. A partir de abril, o Governo de São Paulo vai ofertar classes do Ensino Médio — 1ª a 3ª série — da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade online a distância. Estudantes acima de 18 anos de idade da capital, Região Metropolitana e Campinas, poderão participar dessa primeira etapa. O período de pré-inscrição segue até 28 de março no site da Secretaria Escolar Digital (www.sed.sp.gov.br).

No formato Ensino a Distância (EaD), as atividades são organizadas em conteúdo on-line (80%) e presencial (20%). Pela plataforma, os estudantes terão acesso a conteúdo interativo

como vídeos, imagens, textos, exercícios e avaliações que compõem a formação geral básica, além de cinco opções de itinerários formativos do Ensino Médio.

O espaço também conta com ferramentas de comunicação como fóruns e chats. Nos encontros presenciais, no período noturno, os alunos receberão apoio de professores da rede estadual por área de conhecimento. Esse também será o momento para aplicação das provas, tira-dúvidas e projetos relacionados aos itinerários. A expectativa é que o aluno conclua a etapa em até um ano.

21 polos na capital, RMSP e Campinas

No piloto, escolas de 21 dire-

tórias de ensino serão polo presencial da EJA a distância: Campinas Oeste, Carapicuíba, Centro, Centro-Oeste, Centro-Sul, Diadema, Guarulhos Norte, Guarulhos Sul, Itapevi, Leste 1, Leste 2, Leste 3, Leste 4, Norte 1, Norte 2, Santo André, São Bernardo do Campo, Sul 1, Sul 3, Suzano e Taboão da Serra.

Outros cursos de Educação para Jovens e Adultos em São Paulo

Além do novo formato EaD, a rede estadual de São Paulo oferece mais duas opções de cursos. Na EJA presencial, as classes são abertas por semestre e as aulas são no período noturno. Os anos finais do Ensino

Fundamental (6º ao 9º ano) podem ser concluídos em dois anos e as três séries do Ensino Médio em um ano e meio.

Já nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (Ceeja), o formato das aulas é flexível e o aluno pode dar início aos estudos em qualquer época do ano. São 43 unidades em diferentes regiões do Estado. Caso não possua comprovante de escolaridade, o Centro realiza avaliações diagnósticas que determinam em qual etapa (Ensino Fundamental ou Médio) o aluno deve ser matriculado, conforme o nível de conhecimento e competências já desenvolvidas. (Governo de SP)

Governo de SP aperfeiçoa o projeto do Lote Paranapanema

Após amplo diálogo com a sociedade por meio da Consulta Pública e de três Audiências Públicas, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), aprimorou o projeto do Lote Paranapanema com base nas contribuições recebidas. Entre os incrementos, o investimento previsto no contrato aumentou em R\$ 1 bilhão e o projeto passou a incluir novas melhorias estruturais.

O edital da concessão está previsto para ser publicado em abril, incorporando demandas da população e ampliando investimentos em infraestrutura e segurança viária.

Ao todo, foram analisadas

mais de 250 contribuições, da Consulta Pública e das Audiências Públicas realizadas em Ourinhos, Itapetininga e São Paulo. Aproximadamente 53% das sugestões foram totalmente ou parcialmente acolhidas, refletindo o compromisso do Governo do Estado com a transparência e a participação social.

Entre as principais mudanças, destaca-se a ampliação do lote, que passará a contemplar 285 quilômetros de rodovias. Com isso, os investimentos previstos no contrato passam de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 5,7 bilhões. Além disso, foram incorporadas melhorias estruturais, como duplicações, dispositivos de acesso e

passarelas, visando maior fluidez e segurança no tráfego.

“A inclusão de novas obras e ajustes no projeto demonstram a disposição do Governo do Estado em ouvir a sociedade e aprimorar a concessão para garantir infraestrutura eficiente e segura para os usuários”, destaca Raquel Carneiro, diretora da Companhia Paulista de Parcerias (CPP).

Revisão da localização dos pórticos de pedágio, para minimizar impactos e assegurar cobrança mais justa conforme o trecho percorrido.

Inclusão de novos investimentos, como vias marginais, dispositivos em desnível e melhorias no acesso a municípios.

Ampliação de trechos rodoviários, como a inclusão das rodovias SPA-326 e SPA-312 no projeto. O Lote Paranapanema integra o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e prevê a concessão patrocinada de rodovias operadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) por um período de 30 anos. Com essa revisão do projeto, o Governo de São Paulo reforça sua estratégia de modernização da malha rodoviária estadual e de atração de investimentos privados, sempre com foco na qualidade dos serviços e no benefício direto para a população. (Governo de SP)

Transferência Digital de Veículos gera R\$ 15,3 milhões em economia para cofres públicos

Na quarta-feira (12), a Transferência Digital de Veículos (TDV), aplicativo baseado em hiperautomação para otimizar as transações entre comprador e vendedor, lançado pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), completa um ano.

Além de destaques em premiações, neste período a TDV soma 46.570 operações e uma significativa economia para os cidadãos e os cofres públicos — foram R\$ 14,3 milhões para as pessoas e R\$ 1 milhão para o Estado, num total de R\$ 15,3 milhões, de acordo com números da Prodesp, empresa de tecnologia do governo paulista que assina o desenvolvimento da ferramenta. Os dados são referentes à última segunda-feira, dia 10.

O cálculo da economia para o

cidadão leva em conta desde o custo com deslocamento — a TDV pode ser feita de qualquer lugar, em qualquer dia da semana, das 6h às 22h, via celular — até a contratação de intermediários que, segundo levantamento interno, era feita em 60% dos casos. Considera também o tempo médio gasto em um ponto de atendimento físico e os valores investidos em reconhecimento de firma em cartório.

No caso dos cofres públicos, o cálculo contempla os gastos do Estado com infraestrutura e mão de obra — com funcionários que faziam atendimento ou conferiam documentos em papel e que, após a TDV, foram deslocados para outras frentes. Na infraestrutura, entram valores como aluguel de espaço, energia e equipamentos. Se em 12 meses e quase

50.000 operações, poupou-se R\$ 15,3 milhões — pode-se falar em uma economia média mensal de R\$ 1,275 milhão e de R\$ 328 por transferência realizada com a hiperautomação.

A TDV faz parte do plano São Paulo Na Direção Certa, que reúne ações voltadas à modernização da gestão estadual e é composto por eixos que passam pela expansão dos investimentos, melhoria e efetividade do gasto, além da modernização da administração pública. O SP na Direção Certa demonstra, na prática, como uma gestão voltada para a responsabilidade fiscal e para a eficiência do gasto é capaz de produzir bons resultados econômicos e, por meio deles, melhorar a vida das pessoas.

Entre os pontos previstos para o enxugamento da máquina

pública estadual estão a reestruturação de agências reguladoras, alienação de ativos imobiliários, revisão de benefícios fiscais e redução de despesas de custeio e pessoal.

A reformulação de programas e extinção e reestruturação de órgãos e entidades também estão no escopo do decreto, assim como a renegociação da dívida do Estado com a União e a melhoria dos sistemas de compras públicas.

Entre os resultados que mostram São Paulo na Direção Certa estão recorde de leilões em 2024, com atração de R\$ 340 bilhões em investimentos desde o início da gestão, PIB com crescimento de 3,5% e a menor taxa de desemprego em 12 anos medida pelo IBGE, de 6% até o terceiro trimestre de 2024. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador-presidente Ricardo Teixeira (União) enfrenta 2025, participando de reconstruções [inclusiva partidárias] decisivas pra conseguir enfrentar reflexos das crises globais

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito reeleito Ricardo Nunes (MDB) já enfrenta [com fê] 2025, participando de reconstruções [inclusive partidárias] decisivas pra conseguir enfrentar reflexos das crises globais

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputado-presidente André Prado (PL) já enfrenta 2025 participando de reconstruções [inclusive partidárias] decisivas pra conseguir enfrentar reflexos das crises globais

GOVERNO (São Paulo)

Governador [pode ser reeleito] Tarcísio (Republicanos) já enfrenta 2025 participando de reconstruções [inclusive partidárias] decisivas pra conseguir enfrentar reflexos das crises globais

CONGRESSO (Brasil)

Presidentes da Câmara Deputados (Republicanos) e Senado (União) já enfrentam 2025 participando de reconstruções [inclusive partidárias] decisivas pra conseguirem enfrentar reflexos das crises globais

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Presidente Lula (dono do PT) e vice Alckmin (ex-PSDB no PSB) já enfrentam 2025 participando de reconstruções [inclusive partidárias] decisivas pra conseguirem enfrentar reflexos das crises globais

PARTIDOS (Brasil)

Ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) já enfrenta 2025 participando de reconstruções [especialmente as partidárias] decisivas pra conseguir enfrentar reflexos das crises [brasileiras] globais

JUSTIÇAS (Brasil)

Presidente Barroso, ministro no Supremo, já enfrenta 2025 participando de reconstruções [exceto as partidárias] decisivas pra conseguir enfrentar reflexos das crises [nos Poderes Judiciários] globais

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP)... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Que se com a tua boca confessares ao Senhor Jesus, e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo” Romanos 10:9

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Pressionada pela energia elétrica, inflação de fevereiro fica em 1,31%

Sem o desconto na conta de luz que ajudou a segurar a inflação em janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a inflação oficial, fechou fevereiro em 1,31%. É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%).

Os dados divulgados na quarta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no acumulado de 12 meses, o IPCA soma 5,06%, o patamar mais alto desde setembro de 2023 (5,19%) e fica acima da meta do governo de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta só é considerada descumprida se estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Em janeiro, o acumulado de 12 meses ficou em 4,56%, ou seja, neste novo modelo de acompanhamento de meta, fevereiro é o segundo mês fora da tolerância.

Conta de luz

A alta da energia elétrica, de 16,8%, foi o que mais pressionou a inflação. Essa variação representa impacto de 0,56 ponto percentual no índice. A explicação

está no efeito estatístico causado pelo fim do Bônus Itaipu – desconto que os brasileiros receberam na conta de luz em janeiro e fez com que a inflação daquele mês ficasse em 0,16%.

Saiba o que é o bônus na conta de luz que ajudou a segurar a inflação em janeiro.

Sem o desconto em fevereiro, o preço da energia dá um salto no mês seguinte. Isso fez com que o item habitação passasse de -3,08% em janeiro para 4,44% em fevereiro, exercendo o maior impacto (0,65 ponto percentual) inflacionário do mês.

“O subitem energia elétrica residencial passou de uma queda de 14,21% em janeiro para uma alta de 16,80% em fevereiro”, explica o gerente do IPCA, Fernando Gonçalves.

De acordo com Gonçalves, se o impacto da energia elétrica fosse retirado do cálculo, a inflação teria sido de 0,78%, o maior desde fevereiro de 2024 (0,83%).

Mensalidades escolares

O segundo grande peso de alta de preços em fevereiro foi a educação, que subiu 4,7%, representando impacto de 0,28%. A explicação está nos tradicionais reajustes de mensalidades escolares, com destaque para o ensino fundamental (7,51%), ensino médio (7,27%) e pré-escola (7,02%).

Alimentos sobem menos

Uma das grandes preocupa-

ções atuais do governo, o preço dos alimentos desacelerou em fevereiro, ou seja, continuaram subindo, no entanto em menor velocidade.

A alta ficou em 0,70% (impacto de 0,15 ponto percentual), ante 0,96% de janeiro (0,96%).

Os maiores impactos no grupo alimentos e bebidas foram o café moído, que subiu 10,77% (impacto de 0,06%) e o ovo de galinha, com alta de 15,39% e impacto de 0,04 ponto percentual.

“O café, com problemas na safra, está em trajetória de alta desde janeiro de 2024. Já o aumento do ovo se justifica pela alta na exportação, após problemas relacionados à gripe aviária nos Estados Unidos e também pela maior demanda devido à volta às aulas. Além disso, o calor prejudica a produção, reduzindo a oferta”, diz o gerente do IPCA.

Em 12 meses, o café subiu 66,18%.

Cerca de 92% do resultado do IPCA de fevereiro estão concentrados em quatro dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados: habitação, educação, alimentação e bebidas e transportes.

Transportes

O grupo transportes subiu 0,61% (impacto de 0,13 ponto percentual), abaixo do registrado em janeiro (1,30%). O reajuste no Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual, influenciou o aumento de 2,89% nos combustíveis.

A gasolina ficou 2,78% mais cara e representou a segunda maior pressão em todos os produtos e serviços pesquisados pelo IBGE – impacto de 0,14 ponto percentual. O óleo diesel subiu 4,35%, e o etanol, 3,62%. O impacto da gasolina é maior que o dos demais combustíveis pois é um produto que tem mais peso na cesta de consumo das famílias.

Espalhamento

O índice de difusão do IPCA de fevereiro ficou em 61%. Isso significa que dos 377 subitens (produtos e serviços) pesquisados pelo IBGE, 61% apresentaram elevação de preço. Em dezembro, o patamar era de 69%; em janeiro, 65%.

Se forem considerados apenas os produtos alimentícios, o índice de difusão de fevereiro cai para 55%.

O IPCA apura o custo de vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários-mínimos. A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - além de Brasília e nas capitais Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (Agência Brasil)

Transparência Empresarial Ganha Reforço com Nova Publicação

Guia Prático de Publicidade Legal das Sociedades Anônimas



Por: Bruno Camargo Silva (Autor do Guia)

A crescente exigência por transparência no meio empresarial ganha um reforço significativo com o lançamento do Guia Prático de Publicidade Legal das Sociedades Anônimas. A nova publicação surge como um instrumento essencial para assegurar a divulgação adequada de informações corporativas, garantindo a segurança jurídica e o acesso amplo aos dados empresariais.

Desenvolvido em colaboração com especialistas e com base nas normas vigentes, o guia busca orientar as sociedades anônimas no cumprimento das exigências legais relacionadas à publicidade de atos societários. A divulgação dessas informações é essencial para que investidores, fornecedores e demais interessados possam acompanhar a gestão e as decisões das companhias de forma transparente.

A iniciativa contou com o apoio da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (SMEMP), que reforçou o comprometimento governamental com a regularidade e o desenvolvimento empresarial. “O compromisso com a publicidade legal fortalece a boa governança, assegura o acesso à informação e contribui para um ambiente de negócios mais justo e competitivo”, afirmou Maurício Pinto Pereira Juvenal, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Flávia Britto, Diretora-Geral do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), ressaltou a importância da fiscalização das Juntas Comerciais para garantir o cumprimento das normas. “As Juntas Comerciais, como órgãos executores locais, devem assegurar a regularidade das publicações, nos termos do artigo 1.152 do Código Civil. Portanto, o regramento consolidado deve ser observado e seguido”, destacou.

Além de reforçar a obrigatoriedade da divulgação de atos societários, o guia funciona como um manual prático para sociedades anônimas que buscam se adequar às normas e evitar riscos jurídicos. Gregória Benário, Presidente da Federação Nacional das Juntas Comerciais (FENAJU), destacou a relevância da publicação: “Trata-se de uma iniciativa essencial para aprimorar a compreensão e a aplicação das normas de publicidade legal no Brasil.”

Em um cenário marcado por desconfiança e desafios no ambiente corporativo, especialmente após os recentes escândalos envolvendo fraudes financeiras e manipulação de dados empresariais, a transparência surge como um diferencial decisivo para as empresas que desejam consolidar sua reputação com base em ética e credibilidade. “Ao adotar as práticas legais, as empresas garantem a transparência e a segurança jurídica”, afirmou Wlamir Freitas, Presidente da ABRALEGAL, entidade que patrocinou a elaboração e edição do guia.

Para conhecer o Guia completo acesse nosso site: <https://www.jornalodiasp.com.br/wp-content/uploads/2025/03/GUIA-PRATICO-ABRALEGAL.pdf>

Brasil avalia recorrer à OMC contra tarifa dos EUA ao aço e alumínio

O governo brasileiro anunciou na quarta-feira (12) que avaliará todas as possibilidades de ação no campo do comércio exterior contra a medida do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que impõe tarifa de 25% às importações americanas de aço e alumínio e entrou em vigor na quarta-feira. Nesse sentido, recorrer à Organização Mundial do Comércio está entre as possibilidades, diz comunicado.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma instituição multilateral que tem como função regular o comércio internacional, negociar regras, gerir acordos comerciais e resolver disputas. Brasil e Estados Unidos são dois dos 166 países-membros da OMC, que abarca 98% do comércio mundial.

A taxa definida por Trump é uma forma de protecionismo às siderúrgicas americanas, que passam a concorrer em vantagem com produtos importados que chegarão mais caros aos Estados Unidos.

O Brasil é um dos principais

afetados, por ser grande exportador de metal para os americanos. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os Estados Unidos são o destino de 54% das exportações de ferro e aço brasileiros.

Em nota conjunta publicada pelos ministérios das Relações Exteriores, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços na tarde desta quarta-feira, o governo brasileiro lamenta a decisão.

“Tais medidas terão impacto significativo sobre as exportações brasileiras de aço e alumínio para os EUA, que, em 2024, foram da ordem de US\$ 3,2 bilhões”.

O governo brasileiro demonstra apoio ao sistema multilateral de comércio e considera “injustificável e equivocada” a imposição de barreiras unilaterais.

Histórico de cooperação

A nota destaca o histórico de cooperação e integração econômica entre os dois países e usa

dados do próprio governo americano para mostrar que o país de Donald Trump tem saldo positivo nas trocas comerciais com o Brasil.

“Os EUA mantêm um superávit comercial de longa data com o Brasil, que foi, em 2024, da ordem de US\$ 7 bilhões, somente em bens”.

O texto ressalta a relação de “complementaridade mutuamente benéfica” entre Brasil e Estados Unidos, citando que somos o terceiro maior importador de carvão siderúrgico dos EUA (US\$ 1,2 bilhão) e o maior exportador de aço semiacabado para aquele país (US\$ 2,2 bilhões, 60% do total das importações dos EUA), insumo essencial para a própria indústria siderúrgica americana. O comunicado termina com a afirmação de que o governo buscará, em coordenação com o setor privado, defender os interesses dos produtores nacionais junto ao governo dos Estados Unidos.

Haddad: Ordem é negociar

O ministro da Fazenda, Fer-

nando Haddad, afirmou que a ordem do governo é negociar e não retaliar as exportações vindas dos Estados Unidos.

“O presidente Lula falou ‘muita calma nessa hora’. Já negociamos outras vezes em condições até muito mais desfavoráveis do que essa”, disse a jornalista após reunião com representantes do setor, que apresentaram um relatório com argumentos para a negociação.

De acordo com Haddad, a Fazenda deve preparar uma nota técnica sobre as propostas das siderúrgicas brasileiras, para ser enviada ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a fim de orientar as negociações com o governo americano.

Manifestações do Instituto Aço Brasil - que representa os produtores de aço - e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam para esforços de convencimento via negociações entre os governos. (Agência Brasil)

Ordem é negociar e não retaliar, diz Haddad sobre tarifas dos EUA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira (12) que a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de negociar, e não retaliar, em um primeiro momento, a taxa de 25% sobre o aço e o alumínio imposta pelos Estados Unidos e que afetam as exportações da indústria nacional.

“O presidente Lula falou ‘muita calma nessa hora’. Já negociamos outras vezes em condições até muito mais desfavoráveis do que essa”, disse o ministro a jornalistas após reunião com representantes do setor da indústria do aço brasileira, que apresentou um relatório com argumentos para a negociação.

De acordo com Haddad, os empresários “trouxeram argumen-

tos muito consistentes de que a taxa não é bom negócio sequer para os norte-americanos”.

O ministro não entrou em mais detalhes sobre as propostas de negociação apresentadas pelo setor do aço, afirmando apenas que o relatório servirá de subsídio para as negociações lideradas pelo Ministério do Desenvolvimento.

“Vamos levar para a consideração do governo americano que há um equívoco de diagnóstico”, disse Haddad, para quem os argumentos apresentados pelas siderúrgicas são “muitos consistentes”.

A taxa de 25% sobre o aço e o alumínio pelos EUA entrou em vigor na quarta-feira (12), após ser confirmado no dia anteri-

or pelo governo estadunidense. A medida afeta diretamente as exportações brasileiras.

Os EUA são um dos maiores compradores do aço brasileiro. Segundo dados do Instituto Aço Brasil, em 2022, os EUA compraram 49% do total do aço exportado pelo país. Em 2024, apenas o Canadá superou o Brasil na venda de aço para o país norte-americano.

“Os Estados Unidos só têm a perder, porque nosso comércio bilateral é muito equilibrado”, afirmou Haddad.

O ministro acrescentou que o setor do aço pediu providências não só em relação às exportações, mas também a respeito das importações, preocupado em especial com a entrada de aço chinês no país.

“No caso das exportações envolve uma negociação, enquanto no caso das importações envolve uma defesa mais unilateral. Isso pela proposta que eles fizeram”, relatou Haddad.

Segundo o ministro, a Fazenda deverá agora preparar uma nota técnica sobre as propostas das siderúrgicas brasileiras, que deverá ser enviada ao vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento, para orientar as negociações com os EUA.

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil apontam que a taxa sobre o aço brasileiro pode ter impacto significativo sobre as siderúrgicas nacionais, embora não represente grande reflexo para a economia como um todo. (Agência Brasil)

Saques da poupança em fevereiro superam depósitos em R\$ 8 bilhões

As retiradas da poupança, em fevereiro, superaram os depósitos em R\$ 8,007 bilhões, informou na quarta-feira (12) o Banco Central (BC). Os dados constam do relatório de poupança divulgado pela autoridade monetária e mostram que, no mês passa-

do, os brasileiros aplicaram na poupança R\$ 331,996 bilhões e sacaram R\$ 340,003 bilhões.

O relatório mostra ainda que a poupança rendeu R\$ 6,431 bilhões e o saldo está em R\$ 1,010 trilhão.

Ainda de acordo com o

BC, os recursos aplicados da caderneta em crédito imobiliário (SBPE) registraram depósitos de R\$ 287,772 bilhões e saques de R\$ 292,831 bilhões, enquanto os valores aplicados no crédito rural somaram R\$ 44,224 bilhões e as retiradas ficaram em R\$ 47,172 bilhões.

Em relação à captação líquida, o relatório mostra que, em fevereiro, os valores do SBPE ficaram negativos em R\$ 5,058 bilhões.

No mês passado, a poupança SBPE rendeu R\$ 4,718 bilhões e a poupança rural R\$ 1,713 bilhão. (Agência Brasil)

SINDICATO DE RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE SÃO PAULO
 CNPJ nº 17.090.637/0001-19

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os senhores empresários representantes legais das empresas integrantes da categoria patronal de restaurantes, bares, churrascarias, cantinas, lanchonetes, pizzarias, cafés, confeitarias, lanchonias, sorveterias, salischarias, cervejarias, buffets e demais membros da gastronomia e similares, estabelecidos em sua base territorial (São Paulo, Guarulhos, Itapetica da Serra, Atibaia, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Brás Cubas, Arujá, Caiçaras, Cabreúva, Colina, Embu das Artes, Embu Guapú, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itaquaquecetuba, Jiquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Poá, Saleópolis, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista), para Assembleia Geral a ser realizada no dia 18 de março de 2025, no Largo do Arouche, nº 230, 3º andar, no Bairro da República, no Município de São Paulo, às 10 horas, em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Análise e discussão da pauta de reivindicações encaminhada pelo SINTHORESP, com vistas à celebração de Convenção Coletiva de Trabalho para a data-base de 1º de julho de 2025; 2) Eleição de comissão de negociação coletiva e respectiva concessão de poderes para que negocie, com o SINTHORESP, a redação da nova Convenção Coletiva de Trabalho e seus respectivos Termos Aditivos, conforme o caso; 3) Delimitação dos poderes a serem conferidos à comissão de negociação coletiva; 4) Autorização e concessão de poderes ao assessor jurídico do SINDRESBAR e vice-presidente jurídico da CNTur, Dr. Carlos Augusto Pinto Dias, e à advogada representante da CNTur perante o Conselho Nacional do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho, Dra. Andrea Carolina da Cunha Tavares, para que participem das negociações coletivas com o SINTHORESP, incluindo a redação da nova Convenção Coletiva de Trabalho e seus respectivos Termos Aditivos, conforme for o caso; 5) Delimitação dos poderes a serem conferidos à comissão de negociação coletiva (item 2 da pauta) e aos advogados negociadores (item 3 da pauta) nas negociações coletivas, conforme o caso; 6) Deliberação e aprovação da contribuição negociada assistencial patronal, em valores a serem definidos na assembleia e extensível a toda a categoria econômica, ressalvando-se que o último reajuste na contribuição assistencial patronal foi aplicado em 01/07/2021; 7) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 8) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 9) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 10) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 11) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 12) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 13) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 14) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 15) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 16) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 17) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 18) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 19) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 20) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 21) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 22) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 23) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 24) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 25) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 26) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 27) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 28) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 29) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 30) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 31) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 32) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 33) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 34) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 35) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 36) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos advogados negociadores com o SINTHORESP, desde que respeitados os limites e parâmetros que vierem a ser definidos pela assembleia. Caso os limites e parâmetros definidos pela categoria porventura não tenham sido observados, a assinatura do respectivo instrumento dependerá de sua ratificação em nova assembleia especialmente convocada; 37) Autorização para que o presidente do SINDRESBAR, senhor Wilson Luiz Pinto, auxiliado e referendado pelos diretores Elmei Anderson Jorge Feniar (Nova Corá Lanches Ltda.) e Sebastião Antunes Duarte (Goulart Rotisserie Ltda.), possa assinar os instrumentos coletivos que vierem a ser negociados pela comissão de negociação coletiva e pelos adv

Lula autoriza uso do eSocial para ofertar consignado a empregados CLT

O governo federal autorizou o acesso direto de bancos e instituições financeiras ao perfil de trabalhadores com carteira assinada por meio do eSocial, para a oferta de crédito consignado a juros mais baixos, com garantia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A medida provisória (MP) que cria o Programa Crédito do Trabalhador foi assinada na quarta-feira (12) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento no Palácio do Planalto.

O Brasil conta hoje com 47 milhões de trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atuando no setor privado. O eSocial é o sistema eletrônico obrigatório que unifica informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de empregadores e empregados de todo o país.

Agora, trabalhadores CLT, incluindo empregados domésticos, trabalhadores rurais e contratados por microempreendedores individuais (MEIs), poderão utilizar a carteira de trabalho digital para ter acesso a empréstimo mais barato nas mais de 80 instituições financeiras que já operam junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“Não há nada mais milagroso para uma economia do que o dinheiro circular na mão de todos”, disse o presidente Lula, destacando o papel do consumo no desenvolvimento de um país. “É exatamente a capacidade de consumo que tem um povo que pode gerar a capaci-

dade de industrialização que se pode fazer”, acrescentou.

Para Lula, é importante que os trabalhadores também reconheçam seu direito de acesso ao crédito. “É importante que seja um processo educacional. Porque as pessoas pobres, às vezes, têm até vergonha de chegar na porta do banco. Aham que não foram feitas para ele essas coisas. Então, é um processo educacional para gente poder fazer este país dar um salto de qualidade”, disse o presidente.

O sistema do Programa Crédito do Trabalhador na Carteira Digital de Trabalho entrará em operação pelos bancos oficiais e privados a partir do dia 21 deste mês. Em até 120 dias, quem já tem um consignado ativo poderá fazer a migração para a nova linha de crédito na mesma instituição financeira. A partir de 25 de abril, os bancos também poderão operar a linha do consignado privado dentro de suas plataformas digitais. A portabilidade entre os bancos poderá ser realizada a partir de 6 de junho.

As taxas de juros de crédito aos trabalhadores devem cair de cerca de 103% ao ano para 40% ao ano.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, explicou ainda que o Crédito do Trabalhador terá portabilidade entre empregos. Ou seja, se o trabalhador mudar de emprego, a dívida será transferida para a folha de pagamento do próximo empregador. “Portanto, uma se-

gurança para que os bancos possam oferecer juro mais barato do que oferecem hoje”, reforçou.

Endividamento

Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a estimativa é que, em até quatro anos, cerca de 19 milhões de celetistas optem pela consignação dos salários, o que pode representar mais de R\$ 120 bilhões em empréstimos contratados. Atualmente, o consignado do setor privado conta com cerca de 4,4 milhões de operações contratadas, somando mais de R\$ 40,4 bilhões em recursos.

O presidente Lula explicou ainda que a expectativa é que o Crédito do Trabalhador reduza o superendividamento, ao oferecer uma linha de crédito mais atraente também para migrar dívidas com maior custo. Por outro lado, alertou que o povo não pode “gastar o que não tem”.

“Os dirigentes sindicais que estão aqui têm que pegar um carro de som e ir para a porta da fábrica e dizer para os trabalhadores que agora eles podem ter crédito barato para que possam sair do endividamento em que se meteram, sair da mão do agiota, sair da mão de banco, que cobra 10%, 12% de juros, sair e procurar o crédito mais barato que puderem encontrar”, orientou o presidente.

“O empréstimo é muito bom

quando a gente pega para utilizar em uma coisa que vai aumentar o nosso patrimônio. A gente não pode ficar habituado a pegar o empréstimo para pagar outro empréstimo, a gente não vai melhorar a vida assim. A gente tem que fazer o empréstimo para comprar alguma coisa que melhore a nossa capacidade de viver melhor”, alertou Lula.

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, afirmou que este é um crédito seguro, rentável, que respeita as políticas de crédito dos bancos dentro das condições de risco e retorno de cada cliente. “Só que mais que isso, é um crédito que inclui, é um crédito que reduz desigualdade. O novo consignado privado aumenta a renda do cliente, aumenta porque libera parte do orçamento mensal das famílias”, disse.

Mais crédito

O crédito consignado é um empréstimo que tem as parcelas descontadas diretamente do salário ou benefício do devedor. É uma modalidade de crédito que oferece taxas de juros mais baixas e é uma das mais usadas no Brasil, especialmente por servidores públicos e aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A legislação que trata do consignado já permite que trabalhadores com carteira assinada tenham acesso a esse tipo

de empréstimo, descontado do salário. Porém, essa modalidade de crédito requer a assinatura de convênios entre empresas e bancos, o que, na prática, dificulta a adesão de pequenas e médias empresas, e muitas grandes empresas também, ao modelo em larga escala. Além disso, trabalhadores rurais, domésticos e empregados de MEIs, hoje estão excluídos da consignação privada.

A representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Cleide Silva Pinto, agradeceu pelo fato de esse setor não ter sido esquecido na nova política. “Quando a gente está dentro de uma linha de crédito, as trabalhadoras estão dentro desse perfil, isso nos garante qualidade de vida, mais situações em que você consegue se manter e se estabilizar e conseguir um padrão de vida melhor”, disse.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, destacou a possibilidade de os trabalhadores terem juros mais justos para acesso ao crédito, mas endossou a necessidade de campanhas de conscientização para evitar o endividamento da população.

Operação

Por meio do aplicativo da carteira de trabalho digital (CTPS Digital), o trabalhador terá a opção de requerer prolapta de crédito diretamente

com instituições financeiras habilitadas pelo governo federal. Para isso, o empregado autoriza o acesso a dados como nome, CPF, margem do salário disponível para consignação e tempo de empresa, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A partir daí, ele receberá ofertas em até 24 horas, analisará a melhor opção e fará a contratação no canal do banco.

O desconto das parcelas será na folha de salários, mensalmente pelo eSocial, o que deve permitir que as taxas de juros sejam inferiores às praticadas atualmente no consignado por convênio. Após a contratação, o trabalhador acompanha mês a mês as atualizações do pagamento das parcelas.

Os limites do consignado para trabalhadores celetistas terão o teto de 35% do salário comprometido com o empréstimo e a possibilidade de usar 10% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o total da multa recebida por demissão sem justa causa para o pagamento dos débitos, em caso de desligamento do emprego.

A Dataprev, empresa pública de tecnologia do governo federal, foi a responsável pelo desenvolvimento do sistema do Crédito do Trabalhador, que integra a carteira de trabalho digital, o FGTS Digital e o eSocial. (Agência Brasil)

CNJ suspende compra de iPhones para desembargadores do Maranhão

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu suspender na quarta-feira (12) o edital do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para a compra de 50 iPhones 16 Pro Max para os desembargadores do tribunal.

A decisão foi assinada pelo corregedor-nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, após a aquisição ser divulgada pelo Portal Uol. O edital para compra dos aparelhos estava estimado em R\$ 573 mil.

De acordo com a reportagem, o tribunal justificou que a preferência pelos aparelhos da Apple levou em consideração que a “alta qualidade e desempenho são essenciais para atender às exigências de trabalho dos magistrados”.

Para o corregedor, é necessária a suspensão do edital para a compra dos celulares para verificar a real necessidade dos aparelhos para o desempenho das atividades dos magistrados.

“A rigor, as explicações contidas na nota divulgada pelo TJMA não justificam a aquisição dos aparelhos celulares, nem mesmo a aquisição em quantitativo superior ao número de desembargadores (como parecia ser a intenção do contrato)”, afirmou o corregedor.

Na mesma decisão, Mauro Campbell deu prazo de cinco dias para o tribunal esclarecer a necessidade técnica para escolha dos iPhones. (Agência Brasil)

Governo discute solução para R\$ 15 bi fora do teto do Orçamento 2025

O governo federal debateu com lideranças parlamentares, ao longo da quarta-feira (12), uma solução técnica e política para os R\$ 15 bilhões que estariam furando o teto de gastos do Orçamento de 2025. Segundo o relator do Orçamento no Congresso Nacional, há cerca de R\$ 3 bilhões do Vale Gás e R\$ 12 bilhões do programa Pé-de-Meia que estão por fora do limite de despesas previstas para este ano.

O senador Angelo Coronel, que relata o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, informou que é preciso cortar gastos de outros programas ou ministérios para incluir esses R\$ 15 bilhões dentro do teto orçamentário previsto pelo arcabouço fiscal.

“Que o governo indique onde serão feitos os cortes porque a obrigação da peça orçamentária é do Poder Executivo. O governo é que tem que mandar já dentro das suas previsões de despesas e receitas do exercício seguinte.

Não é o parlamento que vai dizer de onde cortar a seu bel prazer”, afirmou Angelo.

A ministra das relações institucionais, Gleisi Hoffmann, teve reuniões com lideranças partidárias na quarta, incluindo encontro com o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, e o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado federal Júlio Arcoverde (PP-PI).

Já o relator do Orçamento, Angelo Coronel, teve reuniões com Gleisi e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, na tarde da quarta-feira para discutir o tema.

Programas sociais

Coronel informou que o programa Vale Gás – que repassa para famílias de baixa renda, a cada dois meses, os recursos para a compra de um botijão de gás – está com apenas R\$ 600 milhões previstos no Orçamento. Porém, ele calcula que seriam necessários R\$ 3,6 bilhões para

custear o programa neste ano.

Já o programa Pé-de-Meia – que paga R\$ 2 mil para que estudantes de baixa renda do Ensino Médio não abandonem os estudos – custaria R\$ 12 bilhões em 2025, segundo cálculos do relator. Porém, não há previsão orçamentária para o programa na PLOA.

Isso porque o Pé-de-Meia vinha sendo custeado por fundos por fora do Tesouro Nacional, conforme previsto na legislação que criou o programa. Porém, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, avaliou que esse mecanismo pode configurar uma burla ao teto de gastos e exigiu ajustes na forma de financiamento do benefício.

O relator do Orçamento, Angelo Coronel, argumentou que a decisão do TCU obriga que o Pé-de-Meia seja incluído no orçamento deste ano.

“Com essa decisão do TCU, que o governo tem 120

dias para se adequar e colocar no orçamento, nós vamos ver de que maneira colocar, já que o governo pede que vá cumprindo mês a mês, até o final do exercício. Mas esperamos chegar a um bom termo até o domingo na apresentação da peça”, disse.

O relator espera costurar um acordo esta semana uma vez que ele se comprometeu a apresentar o parecer dele para a PLOA no domingo (16). Em seguida, é aberto prazo para apresentação de emendas pelos partidos na segunda-feira (17), com previsão de votação do Orçamento de 2025 na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quarta (19).

O Orçamento de 2025 deveria ter sido votado no fim do ano passado, segundo determina a Constituição Federal. Porém, por falta de acordo, a votação da peça orçamentária foi adiada para este ano. (Agência Brasil)

Barroso diz que país vive “epidemia de violência doméstica”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, disse na quarta-feira (12) que o Brasil vive uma “epidemia de violência doméstica”.

A declaração de Barroso foi feita na abertura da sessão do Supremo. Em discurso em alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no último sábado (8), o ministro citou os números da violência contra a mulher no país e disse que eles precisam ser enfrentados.

“Ainda temos uma epidemia de violência doméstica e de violência sexual contra as mulheres e precisamos enfrentar”, afirmou o ministro.

Barroso também criticou o “machismo estrutural” na sociedade brasileira.

“O machismo estrutural impõe às mulheres duas grandes dificuldades. Uma divisão sexual

do trabalho e um teto de vidro. Uma sociedade em que as mulheres gastam por dia quase três horas a mais que os homens, porque a elas cabem as tarefas de cuidado da família, dos filhos e dos idosos, geralmente, um trabalho não remunerado. O teto de vidro se manifesta nas restrições invisíveis que se impõem às mulheres”, completou.

Na terça-feira (11), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou que o número de casos de feminicídio julgados em quatro anos aumentou 225%.

O número faz parte do novo Painel Violência Contra a Mulher, lançado na terça-feira (11) durante sessão do CNJ.

Conforme o levantamento, o crescimento apresentou a seguinte evolução de processos julgados: 2020 (3.375); 2021 (5.351); 2022 (6.989); 2023 (8.863) e 2024 (10.991). (Agência Brasil)

Em 2024, 63% dos brasileiros usaram o PIX ao menos uma vez por mês

Seis em cada dez brasileiros usaram o Pix - sistema de pagamento instantâneo do Banco Central - ao menos uma vez por mês, durante todo o ano passado, para pagar contas ou transferir alguma quantia em dinheiro.

A constatação de técnicos do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV) é parte do estudo Geografia do Pix, divulgado na quarta-feira (12).

A partir da análise dos dados de transações de pagamentos feitos por pessoas físicas em 2024, os pesquisadores identificaram uma taxa de adesão nacional média ao sistema de pagamentos instantâneos da ordem de 63%. Como divulgado anteriormente pelo Banco Central (BC), em dezembro de 2024, o serviço já era, na época, a forma de pagamento mais utilizada pelos brasileiros.

A unidade federativa com a mais alta taxa de adesão foi o Distrito Federal, onde 78% da

população residente utilizaram o PIX ao menos uma vez ao mês no ano passado. O estado com menor adesão foi o Piauí, com quase 55%. Em termos regionais, a taxa mais alta foi a do Sudeste (67%). Na sequência vieram as regiões centro-oeste (65%); Sul (61%); Norte (60,5%) e Nordeste (58%).

Para os técnicos da FGV, qualquer que seja o caso, as taxas verificadas demonstram que a adesão ao Pix é alta tanto nas unidades federativas relativamente mais ricas, quanto nos estados cuja população, comparativamente, tem um menor poder aquisitivo.

Operações

Segundo o estudo, cada usuário do Pix realizou, em média, 32 transações mensais. Em 2024, os amazonenses foram os que mais usaram o serviço, realizando, em média, 48 transações mensais. Já o estado com menor frequência de uso foi Santa Catarina (25).

A partir dos resultados, os pesquisadores sugerem que

quem adere ao Pix nas regiões de menor renda per capita tende a usá-lo mais frequentemente. Em termos regionais, Norte (41) e Nordeste (37) encabeçaram o ranking de transações por usuário, seguidos pelo centro-oeste (34); Sudeste (30) e Sul (27).

O valor médio das transações feitas em todo o país foi de R\$ 190,57, mas, na média, habitantes das regiões Centro-Oeste (R\$ 240,37); Sul (R\$ 223,84) e Sudeste (R\$ 208,80) movimentaram cifras maiores, enquanto no Nordeste e no Norte, os montantes não superaram R\$ 151 e R\$ 147, respectivamente.

“Essa diferença pode ser reflexo das desigualdades regionais: usuários de áreas de maior renda tendem a realizar transações de maior valor”, sustentam os técnicos da FGV, apontando o que classificam como uma “diferença entre acesso e uso” do sistema.

“O estado do Amazonas ilustra a diferença entre acesso e uso. Nesse estado, verifi-

ca-se o maior número, 48, de transações por usuário do país e, ao mesmo tempo, o menor valor médio das transações (R\$ 120). Isso sugere um uso incorporado aos hábitos cotidianos, com transações frequentes e de baixo valor”, concluem.

Outro caso destacado pelos técnicos da FGV foi o de Pacaraima (RR), município fronteiriço com um número de usuários (106.104) cinco vezes maior que o de habitantes (19.305) registrados no Censo Demográfico de 2022.

“A cidade, localizada na fronteira com a Venezuela, possui mais de cinco usuários do Pix para cada habitante registrado no Censo, estatística provavelmente associada ao fluxo migratório na região”, informaram os pesquisadores.

O dado foi classificado como “estatística curiosa”. Na cidade, os usuários realizaram, em média, 31 transações mensais ao longo do ano passado, movimentando, em média, R\$ 119 por operação. (Agência Brasil)